

Ata n.º 185 / XII / 4.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de junho de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1. Informações.
2. Admissão e distribuição de **Petição nº 526/XII/4ª** (CDS/PP) - “Apoio à reabilitação de militares ucranianos”, apresentada por Luliia Voroshylova.

3. Aprovação de Pareceres:

Proposta de Resolução nº 104/XII/4ª - “Aprova o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol, de 13 de dezembro de 1960, consolidada pelo Protocolo de 27 de junho de 1997”.

Deputada Relatora, Ana Paula Vitorino (PS);

Proposta de Resolução nº 112/XII/4ª - “Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo, adotada em Varsóvia, a 16 de maio de 2005.

Deputada Relatora, Helena Pinto (BE);

Proposta de Resolução nº 113/XII/4ª - “Aprova a Decisão do Conselho de 26 de Maio de 2014 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia (2014/335/UE, Euratom), feita em Bruxelas;

Deputado Relator, Filipe Lobo D’Ávila (CDS/PP);

Proposta de Resolução nº 115/XII/4ª - “Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas, aberta a assinatura em Magglingen, a 18 de setembro de 2014”.

Deputado Relator, Mário Magalhães (PSD)

Proposta de Resolução nº 116/XII/4ª - “Aprova o Acordo celebrado entre a República Portuguesa e o Ismaili Imamat com vista ao estabelecimento da sua sede em Portugal, assinado em 3 de junho de 2015”.

Deputada Relatora, Ângela Guerra (PSD).

4. Discussão de Projetos de Resolução:

N.º 896/XII/3ª (PCP) - “Recomenda ao governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração crescente”

N.º 1499/XII/4ª (PS) - “Recomenda ao Governo que reforce a Cooperação com o Governo, a Assembleia Legislativa e os Municípios do Estado de Goa na União Indiana”

5. Outros assuntos.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, não existindo informações a prestar à Comissão, os trabalhos iniciaram-se pelo **Ponto 2.** da OD, em cujo âmbito foi lida, discutida e aprovada a Nota de Admissibilidade referente à Petição n.º 526/XII/4.ª, a qual foi distribuída ao CDS/PP, tendo sido nomeado Relator o senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila.

Relativamente ao **Ponto 3.**, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Helena Pinto (BE) para apresentação do seu Parecer referente à **Proposta de Resolução n.º 112/XII/4.ª**, tendo começado por lembrar que a Proposta versava uma Convenção com mais de dez anos de existência. Evoluindo na sua apresentação, a Autora assinalou que a Convenção em causa veio acolher diversos instrumentos jurídicos e contemplar medidas com impacto no âmbito nacional, designadamente a criminalização de certos atos e questões relacionadas com a utilização do mecanismo de extradição de cidadãos, questão

sensível que é merecedora da maior atenção, designadamente quanto à aplicação da cláusula de exclusão que salvaguarda da lei e jurisdição portuguesas em matéria diretamente relacionada com direitos fundamentais. Sinalizou, ainda, a existência de onze protocolos adicionais apresentados em anexo à Convenção. Terminou, considerando que a Proposta sob análise reúne condições para poder ser apresentada e adequadamente discutida em reunião Plenária.

Tomou a palavra a Senhora **Deputada Carina Oliveira (PSD)**, para felicitar a Autora do Parecer pela qualidade do seu trabalho, referindo, lateralmente à Proposta, mas com relevância para o assunto em apreço, que o Comité de Peritos do Conselho da Europa está a preparar um pacote de legislação de aprofundamento desta Convenção, sendo, por isso, expectáveis novos desenvolvimentos para breve.

Interveio de seguida a Senhora **Deputada Maria de Belém (PS)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, saudar o trabalho apresentado e referir, enquanto parlamentar do Conselho da Europa, o agrado na fórmula de salvaguarda dos direitos humanos que é veiculada na Convenção em apreço, penhor do nosso património civilizacional.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Helena Pinto (BE)** que agradeceu as palavras de apreço dos diferentes Grupos Parlamentares e salientou a necessidade de assegurar um constante acompanhamento do tratamento legislativo conferido a esta matéria.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Passou-se à apresentação do Parecer relativo à **Proposta de Resolução n.º 113/XII/4.ª**, a cargo do Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que apresentou a medida quanto aos seus objetivos e traços essenciais, tendo salientado a simplicidade, transparência e equidade na distribuição quer da carga orçamental, quer dos recursos financeiros veiculados por este novo enunciado normativo. Terminou, considerando que a Proposta

sob análise reúne condições para poder ser apresentada e adequadamente discutida em reunião Plenária.

Interveio na Senhora **Deputada Maria José Moreno (PSD)** para felicitar o Autor pela clareza e assertividade do seu Parecer, tendo realçado, ainda, a relevância da medida em causa, dado destinar-se a por em marcha uma medida adotada pelo Tratado de Lisboa.

Seguidamente, interveio a Senhora **Deputada Maria de Belém (PS)** que aderiu, pelos mesmos motivos, à saudação que atrás ficou registada.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Para apresentação do Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 115/XII/4.ª, tomou a palavra o Senhor **Deputado Mário Magalhães (PSD)**, tendo analisado pormenorizadamente o teor desta Convenção, salientando a relevância da mesma para todos os que, relacionados ou não com o desporto, acreditam e pugnam pela verdade desportiva. Concluiu, considerando que a Proposta sob análise reúne condições para poder ser apresentada e adequadamente discutida em reunião Plenária.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Para apresentação do seu Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 116/XII/4.ª, tomou a palavra a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)**, tendo começado por recordar que a presente matéria é enquadrada pela Lei da Liberdade Religiosa, remontando historicamente à presença em Portugal da comunidade ismaelita. Após aludir aos objetivos essenciais do Acordo em presença, analisou os seus diversos elementos normativos materiais, culminando com a emissão de opinião, no sentido de sublinhar a enorme relevância da escolha de Portugal para sedear internacionalmente esta comunidade, cujo

estatuto social e económico deve ser realçado, salientando-se o trabalho de há muito evidenciado pela _Rede de Desenvolvimento Aga Khan, com visibilidade, também, em Moçambique. Concluiu, considerando que a Proposta sob análise reúne condições para poder ser apresentada e adequadamente discutida em reunião Plenária.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para saudar o teor do Parecer, pelo simbolismo cultural associado ao facto de uma importante comunidade muçulmana se encontrar desta forma integrada na vida nacional.

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Maria de Belém (PS)** para felicitar o trabalho da autora do Parecer, bem como a relevância da medida. Relembrou ter feito parte do Governo que reconheceu a utilidade pública da Fundação Aga Khan, a que tem de reconhecer-se a tradição da tolerância. Assinalou que Portugal venceu a Suíça e o Canadá nesta matéria, realçando o multiculturalismo que caracteriza a sociedade portuguesa, aspeto relevante nos tempos difíceis que atravessamos.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para felicitar o teor do Parecer e a opinião da Deputada Autora do mesmo, secundando as declarações anteriormente proferidas. Realçou, ainda, os efeitos positivos que ações continuadas e concertadas, acima dos interesses político-partidários, podem trazer para Portugal.

Seguidamente, interveio a Senhora **Deputada Helena Pinto (BE)**, para felicitar o detalhe e a objetividade que a Autora emprestou ao seu Parecer, acompanhando o teor das declarações anteriores. Mas deixou claro que, para o BE e por princípio, este Acordo não deveria consagrar quaisquer isenções e benefícios fiscais, impróprios num Estado moderno, aos quais deveria ser concedido um espaço de análise e discussão mais destacado e alargado.

Por fim, tomou a palavra a Autora do Parecer para agradecer as palavras que lhe foram por todos dirigidas.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente à Proposta de Resolução n.º 104/XII/4.^a, verificando-se a ausência da Senhora Deputada Ana Paula Vitorino, a quem competiria a apresentação do respetivo Parecer, foi a mesma adiada para a próxima sessão da Comissão.

Transitados para o **Ponto 4.** da OD, e a propósito da Proposta de Resolução n.º 896/XII/3.^a (PCP), interveio a senhora **Deputada Maria de Belém (PS)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, propor à Mesa, em entendimento com o PCP, o adiamento da apresentação do Parecer, considerando a impossibilidade da Senhora Deputada Carla Cruz estar presente, associada ao facto do Senhor Deputado Paulo Pisco, coordenador do Grupo, estar ausente na Guiné-Bissau em visita oficial.

Interveio a Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** para declarar nada ter a opor ao adiamento, pedindo, porém que, doravante e em caso idênticos, possam os partidos ser previamente avisados.

Intervindo, e seguindo a mesma linha de raciocínio, o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila** declarou que o seu partido nada tem a opor ao pedido, pese embora a “peculiaridade” da situação.

Finalmente, interveio o Senhor Presidente para solicitar que, futuramente e em casos semelhantes, procedam os Grupos Parlamentares ao prévio aviso dos serviços da Comissão, de forma a que as restantes forças políticas tomem atempado conhecimento do facto.

Passados ao Projeto de Resolução n.º 1499/XII/4.^a, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Paulo Pedrosa (PS)** para apresentação da iniciativa em apreço, tendo começado por relembrar ter estado na origem da mesma uma recente deslocação de deputados e funcionários da Assembleia da República àquele antigo território português agora integrado na União Indiana. Na visita, houve a oportunidade para conhecer melhor a realidade local, contactar as autoridades e cooperantes portuguesas – no Consulado Geral, no Instituto Camões e na Fundação Oriente – as autoridades políticas locais, através de uma

visita à Assembleia Legislativa de Goa, uma reunião com o Governo do Estado e as instituições da sociedade civil, como o Clube Vasco da Gama, sediado em Panjim, Capital do Estado e o Clube Harmonia em Margão. Nos contactos efetuados, foram os parlamentares instados a aprofundar os contactos, os laços de solidariedade e a cooperação entre Portugal e o Estado de Goa, não só pelas dezenas de milhares de cidadãos nacionais goeses que ali residem, como também por tudo aquilo que representa a presença e a cultura portuguesa na Índia, seja através do património edificado, o espólio artístico, a toponímia até aos apelidos dos cidadãos que são praticamente todos portugueses. Por outro lado, lembrou a conhecida existência de riquíssimo património em posse de alguns cidadãos que representa toda uma época de presença e cultura portuguesas naquela região, constitui um raro valor a preservar, com a necessária ajuda de Portugal, designadamente, todas as peças de arte indo-portuguesas, que pertencem à coleção particular de Maria de Lurdes Filomena Figueiredo de Albuquerque, antiga deputada à Assembleia Nacional (1965-69), coleção que ainda hoje permanece à guarda da sua proprietária, pese embora as difíceis condições de segurança e conservação. Terminou, sinalizando a importância político-cultural e diplomática desta iniciativa, representando o presente Projeto o primeiro passo para o reforço e aproximação relacional entre as instituições e sociedade portuguesa e goesa.

Interveio, seguidamente, o Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS/PP)**, que salientou a importância deste Projeto para o reforço da participação portuguesa em Goa, merecedor do apoio do CDS, mormente depois dos acontecimentos de 2013 relacionados com a abolição de títulos e propriedades. E pediu informação adicional acerca da intenção e finalidade da proposta constante do ponto 5. desta iniciativa, clarificando se a inventariação e estudo ali indicada é de natureza estritamente financeira e se refere à aquisição do espólio de Maria de Lurdes Albuquerque pelo Estado português, ou, diversamente e como pareceria mais curial, à inventariação e estudo do espólio em si mesmo, previamente à consideração da sua eventual aquisição, aspeto que é essencial à perceção e análise desta matéria.

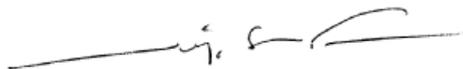
De seguida, usou da palavra a Senhora **Deputada Maria José Moreno (PSD)**, que saudou o Projeto enquanto instrumento de salvaguarda e preservação do legado português naquele território, que é um porto franco português desde 1501, acompanhando, ainda, o pedido de informação adicional sobre a vertente patrimonial, solicitada pelo Deputado do CDS.

Seguidamente, o Deputado apresentante da iniciativa, compreendendo as dúvidas levantadas, não só esclareceu ser objetivo da medida a inventariação e posterior estudo e preservação do referido espólio, como se prontificou, neste sentido, a rever e clarificar os objetivos descritos no ponto 5. do Projeto, de forma a reunir consenso no momento da sua apreciação e votação em Plenário.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, pelas dezassete horas e vinte minutos

Palácio de S. Bento, 16 de junho de 2015.

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Glória Araújo
Helena Pinto
Maria de Belém Roseira
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Ricardo Baptista Leite
Ângela Guerra
Mónica Ferro
Ricardo Santos
Rui Jorge Caetano
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Paulo Pisco

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 21/07/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150616.mp3